



CONSIDERAÇÕES TOCQUEVILLEANAS SOBRE O PAUPERISMO

Daniel Silva Barbosa¹

Resumo: O texto discute o pauperismo a partir da análise de dois ensaios do filósofo francês Alexis de Tocqueville sobre este tema. Examina as teses do autor sobre o desenvolvimento do pauperismo e suas causas, sua análise sobre as tentativas do seu tempo de preveni-las e, por fim, indica uma reflexão acerca da relação entre o pauperismo e a democracia.

Palavras-chave: pauperismo; democracia; Tocqueville.

¹Graduado em Filosofia pela PUC-Goiás; mestre em Filosofia pela UFG; professor de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Anápolis. E-mail: daniel.barbosa@ifg.edu.br

O cenário econômico e social de algumas das nações europeias mais prósperas, observado pelo filósofo francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), em dois de seus ensaios datados das primeiras décadas do século XIX, guardadas as devidas proporções, não é muito diverso do que podemos verificar no presente, no que diz respeito, pelo menos, à relação entre crescimento econômico ou níveis de riqueza e índices de desigualdade ou miséria. Aquele cenário pode conter pontos convergentes com o de agora quando comparado não só com o das nações mais desenvolvidas do tempo presente, mas no geral, quando também consideramos conjuntamente alguns indicadores mundiais de riqueza e crescimento da economia.

Relatórios apresentados nos últimos anos pelo Fundo Monetário Internacional - FMI, consoantes com avaliações do Banco Mundial, apontam enorme expansão da economia no mundo de forma geral². Os estudos indicam que o PIB Mundial cresceu fabulosamente nas últimas décadas, sendo possível dizer, sem exagero, que nunca em valores absolutos houve tanta riqueza. No entanto, alguns destes mesmos estudos apresentam a estimativa de que “2,5 bilhões de pessoas estejam tentando sobreviver com US\$ 2 ou menos por dia”³. Isso implica dizer que mais de um terço da população mundial atual se encontra dentro ou muito próximo da linha internacional da pobreza, que atualmente é de US\$ 1,25 por dia⁴.

Se observarmos o caso dos Estados Unidos da América – a nação que inspirou uma das mais conhecidas e importantes obras do filósofo francês, *A democracia na América* (1835) –, encontraremos o exemplo mais notório da existência (ou persistência) desequilibrada e perniciosa de grande riqueza concomitante com extremas misérias, nos dias atuais. Isto porque a nação que tem a economia, a política, a cultura e o poderio militar mais celebrizados e pujantes de nossa época, é, ao mesmo tempo,

² Cf. FMI, *La economía mundial mantiene un crecimiento pujante*.

³ Cf. BANCO MUNDIAL, *Relatório Anual de 2008 do Banco Mundial*.

⁴ De acordo com o cálculo mais recente do Banco Mundial, divulgado no início de 2009.

dentre os países mais ricos e desenvolvidos do mundo, aquela que tem proporcionalmente à sua população o maior número de pobres. O índice *Gini* norte-americano, por exemplo – índice que mede o nível de desigualdade de um país, em uma escala que varia de 0 a 1 –, é o maior entre os países desenvolvidos: cerca de 0,4.

Sobre esse grave desequilíbrio, segundo o economista Gilberto Lima, da Universidade de São Paulo, inúmeros estudos recentes têm buscado analisar as conexões existentes entre as “variadas formas de desigualdade distributiva e o crescimento econômico”⁵. Na edição de outubro de 2007, de suas *Perspectivas da Economia Mundial*, por exemplo, o FMI apresentou algumas análises sobre o impacto da globalização na desigualdade. A vasta literatura sobre o tema não só reflete a emergência de compreender os vários mecanismos subjacentes às conexões dessa complexa e intrincada realidade contemporânea, como também desdobram análises e apontamentos antigos, dentre os quais se incluem os de Tocqueville.

Em seus *Ensaio sobre o pauperismo*⁶, Tocqueville buscou indicar algumas das “muitas causas gerais” do desenvolvimento da miséria absoluta que – à semelhança do tempo presente – assolava grande parte das populações, principalmente dos países mais ricos de sua época. “Descendo o rio da humanidade”, isto é, a partir do exercício de remontar a história da humanidade, desde o início das primeiras sociedades, o filósofo buscou refletir também sobre os meios de combater o pauperismo, empregados

⁵ De acordo com o Prof. Gilberto Tadeu Lima, em: “Desenvolvimento econômico e desigualdade distributiva: revisitando elaborações teóricas e empíricas recentes”, disponível em: http://www.faaap.br/revista_faaap/rel_internacionais/rel_04/gilberto.htm

⁶ Tocqueville escreveu dois ensaios sobre o pauperismo (*Mémoire sur le paupérisme* e *Deuxième article sur le paupérisme*). As citações destes ensaios serão identificadas da seguinte forma: (*ESP I*, número da página, para o Primeiro Ensaio; e, *ESP II*, número da página, para o Segundo). No Brasil existe tradução em português publicada apenas do Primeiro Ensaio, que foi traduzido e comentado por Julia Lemos, e publicado pela editora UniverCidade, em 2003. Quanto ao Segundo Ensaio, faremos referência ao texto original em francês, edição publicada pela Éditions Gallimard, em 1991.

até então. Por fim, ele se esforçou por “pesquisar os meios pelos quais poderíamos nos servir para prevenir que as misérias das classes pobres nasçam” (*ESP II*, 1991, p. 1181)⁷.

Para além de apontar a coincidência entre cenários do presente com os de alguns séculos atrás, no que diz respeito às desigualdades observadas, o presente texto tem por objetivo examinar o desenvolvimento do pauperismo tendo em vista o pressuposto tocquevilleano de que ele não só inviabiliza a igualdade social, como, por consequência, impede a liberdade dos cidadãos. Para tanto, percorreremos os Ensaios, onde o filósofo analisa as conjugações de fatores que podem produzir, manter e prevenir esta grave mazela social, muito presente ainda nos tempos atuais.

DO DESENVOLVIMENTO DO PAUPERISMO

Na primeira parte do seu primeiro *Ensaio sobre o pauperismo*, que mescla filosofia e elementos de economia, história, e porque não dizer, psicologia, Tocqueville se debruçou sobre o desenvolvimento progressivo dessa mazela social na modernidade. Ele se surpreendeu ao notar de início o fenômeno contraditório e aparentemente inexplicável, o qual as nações mais ricas e desenvolvidas de sua época eram justamente aquelas onde se via o maior número de miseráveis, tal como ocorre contemporaneamente.

Um exemplo emblemático do seu tempo, como o é hoje o caso dos Estados Unidos da América, era a então vigorosa Inglaterra. Diz o filósofo: “basta cruzar o interior da Inglaterra para pensar que fomos transportados a um Éden da civilização (...) com uma quantidade de riqueza mais espantosa do que em qualquer país do mundo” (*ESP I*, 2003, p. 76).

Entretanto, apesar da “riqueza ofuscante” e do “ar de prosperidade

⁷A tradução do Segundo Ensaio utilizada em nosso texto foi realizada pela Prof^a. Dr^a. Helena Esser dos Reis, juntamente com um grupo de estudantes de filosofia da Universidade Federal de Goiás.

universal”, se bem examinássemos, encontraríamos uma espantosa sexta parte da população vivendo à custa de caridade. De outra parte, segundo Tocqueville, verificava-se um cenário oposto em outros países. O caso da Espanha e Portugal é por ele apresentado. Lá, embora se encontrasse uma população “ignorante e rude, mal alimentada, mal vestida e vivendo no meio de uma zona rural cultivada pela metade e em habitações miseráveis” (*ESP I*, 2003, p. 76), o número de pobres era proporcionalmente muito menor que o do reino mais rico.

Estes dados, entre muitas “outras causas gerais”, levaram o filósofo a constatar o seguinte efeito: quanto mais abastada uma sociedade, mais aí se poderia encontrar um enorme contingente de miseráveis. Daí projetou-se no horizonte de sua pesquisa a seguinte questão: como dar uma explicação razoável acerca deste fenômeno? Assim, para entender que conjugação de fatores pode produzir o pauperismo, Tocqueville julgou necessário remontar a história desde o momento da origem das primeiras sociedades. Sigamos, então, o seu percurso.

Após terem se reunido pela primeira vez – explica o filósofo –, ao deixarem a vida nas florestas, mas não totalmente a selvageria, os homens se associavam entre si para assegurar os meios de sua sobrevivência. Ainda neste estágio, eles não encontravam em seu espírito necessidades muito além dos “bens primários”, como abrigo e alimentação; elas se limitavam àquelas “análogas as dos animais”. A sociedade lhes servia apenas como meio de garantir a saciedade com o menor sofrimento. Assim sendo, uma vez saciados, “põem-se a dormir ociosamente” (*ESP I*, 2003, p. 78).

Com a passagem do nomadismo ao sedentarismo, ao se tornarem agricultores – explica Tocqueville –, os homens se fixaram na terra, e com isso fizeram nascer a propriedade⁸. No momento em que eles possuíam

⁸Sobre a propriedade, é interessante notar, Tocqueville a considera como a “o elemento mais ativo do progresso” (*ESP I*, p. 79). De outro lado, ele tem a percepção de que é a partir de sua instituição que a desigualdade se introduz de modo mais permanente entre os homens. Antes dela, não havia algo exterior a eles que pudesse estabelecer de modo durável a superioridade de uns em relação aos outros – explica o autor. Além disso, se

a terra, encontraram “no cultivo do solo recursos abundantes contra a fome” (*ESP I*, 2003, p. 79). Em princípio, quando eram ainda “errantes e caçadores”, ou mesmo quando a posse da terra era coletiva, cumpre ressaltar que possivelmente a desigualdade não existia, ou não de maneira tão marcante como posteriormente se verificará.

Após terem convertidos imensas florestas e campos em propriedades privadas, alguns homens foram “cercando” muito mais terras do que necessitavam para garantir sua sobrevivência e a de sua descendência. Aí vimos surgir as primeiras aristocracias⁹, cujo desenho da sociedade correspondente pode ser representado por um plano em que se distingue, preponderantemente, apenas dois pólos: o fausto e a servidão.

A partir deste “período”, cabe notar que, tendo a sua sobrevivência assegurada, os homens começam a “pressentir” outras fontes de prazeres. A abundância dos meios de subsistência alcançada “nessa época da história do gênero humano” passou a produzir, por seu turno, o supérfluo. Com esse, viu-se nascer “o gosto por outros prazeres, além da satisfação de necessidades físicas mais ordinárias” (*ESP I*, 2003, p. 79).

Mas, é claro, inserido no modelo de sociedade aristocrática – onde até agora essa aventura humana transcorre – esse “pressentimento”, como todo o resto, só poderia manifestar-se de forma extremamente desigual. Alguns homens já conheciam e gozavam numerosos prazeres intelectuais e materiais, enquanto a multidão, “meio selvagem”, ignorava-os por completo, sem distinguir o “segredo da difusão do conforto e da liberdade entre todos” (*ESP I*, 2003, p. 80).

A multidão, ainda “meio selvagem” – completa Tocqueville –, se

um tal sinal existisse, é provável que ele não fosse tão forte que pudesse ser transmitido às gerações descendentes.

⁹Embora não seja plausível considerar que toda a terra fora de uma vez só apropriada por poucos, para entendermos a origem das desigualdades entre os homens – tema inclusive extensamente estudado pelo filósofo de Genebra, Jean Jacques Rousseau –, a progressiva concentração fundiária é um dos fatores importantes e indispensáveis.

encontrando no espaço entre a independência selvagem (que não está mais ao seu alcance) e a liberdade civil e política (que ainda não compreende) foi “abandonada sem recurso à violência e ao ardil”. A partir de então, os homens se mostraram “prontos a submeter-se a qualquer tipo de tirania, conquanto tenham a permissão de viver ou mesmo vegetar em seus campos” (*ESP I*, 2003, p. 80). Nestas circunstâncias, a servidão se aloja de maneira quase indelével no espírito do maior número¹⁰.

Já na Idade Média – momento no qual, de acordo com o filósofo, a sociedade feudal se organiza –, com a conquista do Império Romano, os bárbaros se apossaram não só do poder, mas da propriedade, contexto no qual os agricultores, antes proprietários, passaram à condição de arrendatários. Até o século XII, lembra Tocqueville, a sociedade basicamente se dividia em duas categorias: os que cultivavam terra sem a possuir e aqueles que a possuíam mas não a cultivavam.

A relação estabelecida entre estas duas categorias era bastante diversa daquela que se observa entre o capitalista e o operário moderno, ressalta o filósofo. Embora a sorte do vassalo fosse deplorável – do ponto de vista da liberdade e da igualdade, por exemplo – aos primeiros eram garantidos os meios de existência (ainda que às vezes muito rudes) e proteção, ao contrário do que ocorre com o operário moderno. Assim sendo, relativamente saciados, protegidos e seguros quanto ao futuro, os servos gozavam, em comparação aos modernos, de uma espécie de “felicidade vegetativa. É difícil para o homem muito civilizado entender a graça de tal situação, assim como é negar sua existência” (*ESP I*, 2003, p. 82).

Sobre a diferença essencial entre a relação do aristocrata e seu servo no medievo e o “aristocrata manufatureiro”¹¹ e o operário na

¹⁰ A servidão provocada pela concentração de propriedade e poder, pelas aristocracias antigas, de um lado, e a ignorância da multidão sobre idéias e costumes condizentes com a liberdade, são elementos, segundo nossas hipóteses, que podem ser evocados para explicar as raízes mais antigas do pauperismo.

¹¹ Tocqueville chama assim os primeiros industriais da modernidade, que cada vez mais

modernidade, a seguinte passagem mostra-se bastante elucidativa:

[a] aristocracia territorial dos séculos passados estava obrigada, pela lei, ou se acreditava obrigada pelos costumes, a socorrer seus servidores e aliviar suas misérias. Mas a aristocracia manufatureira de nossos dias, depois de ter empobrecido e embrutecido os homens de que se serve, entrega-os em tempos de crise à caridade pública para alimentá-los (TOCQUEVILLE, 2000, p. 198).

Nesta passagem, o autor deixa entrever a moralidade de uma e de outra relação, e nos permite deduzir os seus efeitos¹². Enquanto os servos tinham o número de desejos e necessidades ainda bastante limitados, a classe dos seus senhores já gozava de uma infinidade de prazeres providos e assegurados por um grande supérfluo, como já dissemos anteriormente.

Todavia, ainda que a vida dos senhores pudesse ser bastante luxuosa, ela jamais foi confortável, adverte Tocqueville. “O luxo”, diz o filósofo, “pode facilmente existir no seio de uma nação meio bárbara, mas não o conforto”¹³. Isto porque o “conforto pressupõe uma classe numerosa, cujos membros trabalham juntos para fazer com que a vida seja mais fácil e agradável” (ESP I, 2003, p. 82-83). Não havia conforto porque a “classe numerosa” que se ocuparia de produzi-lo ainda não existia – não pelo menos de modo significativo e suficiente –, uma vez

se tornam opulentos e esclarecidos, passando a pertencer a outra classe distinta na sociedade, que não é senão uma aristocracia.

¹²O sociólogo polonês Zygmunt Bauman considerou certa vez que o “mais sinistro dos problemas contemporâneos pode ser melhor entendido sob a rubrica *Unsicherheit*, termo alemão que funde experiências para as quais outras línguas podem exigir mais palavras – incerteza, insegurança e falta de garantia” (BAUMAN, 2000, 13). A natureza desta “felicidade” difícil de captar, a que se refere Tocqueville, talvez possa ser entendida se considerarmos que os servos na Idade Média, embora padecessem de muitos sofrimentos, e o pior deles, do ponto de vista moderno, qual seja, viver numa sociedade desigual, não viviam a experiência contemporânea da incerteza, insegurança e falta de garantias sobre, até mesmo, sua sobrevivência.

¹³ Do ponto de vista do conforto, comparando a Idade Média com a Modernidade, o filósofo afirma que nem mesmo o mais luxuoso castelo feudal, do “mais orgulhoso barão da Idade Média”, possuía o conforto que se vê nas moradias dos “habitantes saciados” (cidadão médio) de qualquer cidade provinciana de sua época. A existência podia ser “esplêndida, ostensiva, porém jamais confortável” (ESP I, p. 83).

que, “o número daqueles que não estavam totalmente absorvidos na ideia de autopreservação era extremamente pequeno” (ESP I, 2003, p. 83).

Mas, à medida que passa o tempo, também a população que cultivava a terra concebe novos gostos. Os servos, não se contentando mais com mera saciedade das necessidades mais elementares, passaram, também, a almejar “as doçuras da comodidade”; “O homem nasce com necessidades e cria mais necessidades para si” (ESP I, 2003, p. 87), e elas “expandem e diversificam-se infinitamente” (ESP I, 2003, p. 89). A classe dos senhores, por sua vez, desejava avidamente expandir o número de seus gozos e prazeres. Assim, de todos os lados, cresce o número dos prazeres que um homem espera gozar na vida.

Eis, então, um ciclo: os homens, a cada dia, dão origem a mil novas necessidades, mais complexas e variadas. As necessidades requerem mais indústrias. Estas, uma classe numerosa de operários. Os trabalhadores, por sua vez, deixam cada vez mais o campo, se dirigindo para essa indústria nascente e em crescimento, em busca de um “meio de sobrevivência [trabalhando] para satisfazer estas necessidades recentemente descobertas” (ESP I, 2003, p. 84). Dos tantos efeitos deste ciclo, nota-se um desmesurado e irresistível deslocamento da população, uma insaciável fonte de necessidades por toda a parte e, por fim, o pauperismo.

O pauperismo, a guisa de defini-lo, conforme o que indica Tocqueville, parece se tratar da condição ou estado daquele que se encontra na “ausência inteira de toda a propriedade, e na dependência absoluta do acaso” (ESP II, 1991, p. 1183). Pode ser entendido como um estado de miséria absoluta, e refere-se não à miséria circunstancial e individual, mas a um estado continuado, ou pior, permanente de miséria de parte de uma população.

Hannah Arendt (1990), quando considerou o papel da “questão social” nos movimentos revolucionários a partir do século XVIII, em sua obra *Da revolução* (idem), também nos ajuda a delinear melhor o que seja o pauperismo. Segundo sua consideração, pauperismo pode ser entendido

em termos de pobreza, mas não uma pobreza qualquer. Diz a autora:

Pobreza [no sentido de pauperismo] é mais do que privação. É um estado de constante carência e aguda miséria, cuja ignomínia consiste em sua grande força desumanizadora; a pobreza é abjeta, porque submete os homens ao império absoluto de seus corpos, isto é, ao império absoluto da necessidade (ARENDETT, 1990, p. 48).

DAS CAUSAS PRINCIPAIS DO PAUPERISMO

Ao serem apresentados alguns elementos que afluem à existência do pauperismo, Tocqueville deparou-se com a seguinte questão: qual é a consequência desse movimento “gradual e irresistível”? Uma coisa se sabe: “uma quantidade enorme de novos bens foi introduzida no mundo [...] o conforto estava ao alcance da maioria” (ESP I, 2003, p. 85). Mas, a que preço? Ampliemos, então, um pouco mais a vista sobre esse ciclo, cujo destino do movimento tem sido o pauperismo.

A despeito das necessidades e sua relação com a riqueza da sociedade, Tocqueville argumenta que “quanto mais próspera uma sociedade, mais diversificadas e mais duráveis tornam-se suas fontes de prazer” (ESP I, 2003, p. 87). Cada nova necessidade concebida no espírito dos homens, atendida pela indústria e incorporada ao seu cotidiano, torna-se imediatamente uma condição de existência, o mais das vezes tão indispensável quanto o ar que respiram¹⁴.

No que diz respeito ao “irresistível deslocamento de população”, os agricultores que cultivavam a terra, paulatinamente e por vários fatores, foram “expulsos” do campo e “acolhidos” na indústria. Destes fatores, destaca-se, entre outros, a grande concentração fundiária e o avanço tecnológico, que diminuiu em larga escala a necessidade de trabalhadores

¹⁴Hannah Arendt ponderou certa vez a esse respeito que: “além das condições nas quais a vida é dada ao homem na Terra e, até certo ponto, a partir delas, os homens constantemente criam suas próprias condições que, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais. O que quer que toque a vida humana ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição da existência humana” (ARENDETT, 1991, p. 17).

no cultivo da terra¹⁵.

À medida que a modernidade alvorece na história da humanidade, uma “classe numerosa” se forma nas cidades. Sua origem: o campo. Seu destino: alcançar melhores meios de vida, para uns, e para outros, sobreviver. Os operários são feitos engrenagens nessa gigantesca locomotiva do progresso¹⁶ que é a indústria. Eles, aplicando-se a um mesmo e único ofício, tornam-se cada vez mais hábeis e aperfeiçoados. No entanto, acabam por se tornarem bitolados e brutos. De fato, nem todos os que saíram do campo e foram buscar emprego na indústria o encontraram. O pauperismo veio já na bagagem desses muitos, que na cidade se tornaram não mais que excesso de mão-de-obra.

Avançados os séculos, a indústria cresceu sem cessar, e “quanto mais empreendida em larga escala, com grandes capitais e um grande crédito” (TOCQUEVILLE, 2000, p. 195), mais barata e vasta passou a ser sua produção. E com tanta produção a comodidade se encontrou ao alcance do maior número. A classe industrial, por sua natureza, “está muito mais exposta a males repentinos e irremediáveis” (op. cit., p. 86) do que as demais. O operário, ao contrário do lavrador, que tem por produtos os gêneros de primeira necessidade, e que se não os vende ao menos a fome não o assola, deposita sua sobrevivência em especulações “sobre necessidades secundárias as quais podem vir a ser restringidas por inúmeros problemas, e talvez eliminadas” (op. cit., p. 86).

Esse “modelo” de sociedade, ou mais precisamente modo de produção, que sucedeu o sistema feudal, está sujeito a diversos desequilíbrios. Tal é o diagnóstico de Tocqueville e o de um extenso número

¹⁵Sobre o avanço tecnológico e seu impacto no campo, Tocqueville relata, com espanto, o caso de um único proprietário escocês que, por mudanças implantadas em suas terras, dispensou o trabalho de três mil homens, “forçando-os a deixarem suas moradias e a irem buscar fortuna em outro lugar” (ESP II, p. 1182).

¹⁶Refiro-me estritamente ao progresso material, pois é bastaste controvertida a tese de que esse avanço específico tenha implicado necessariamente em avanços em outros âmbitos, como o da moral, por exemplo.

de pensadores¹⁷. Estes desequilíbrios intrínsecos, conseqüentemente, colocam uma grande parte do gênero humano sob a ameaça constante da miséria, uma vez que o operário não tem a oferecer mais do que sua força física ao industrial em troca de salário. Assim, ao menor sinal de desequilíbrio – seja por baixa demanda ou por alta oferta de produtos, ou ainda, por um desajuste na oferta de mão de obra –, o operário encontrará, por estas circunstâncias, a falta de emprego, na má sorte de não possuir os meios de sobreviver. Assim, diz o Tocqueville (2003):

Enquanto o atual movimento da civilização continuar, o padrão de vida da maioria irá aumentar [...] mas, ao mesmo tempo – saibamos prever – aumentará sempre o número daqueles que precisarão recorrer ao apoio de seus semelhantes para obter uma pequena parte destes benefícios (ESP I, p. 89).

Como dissemos anteriormente, segundo as estimativas apresentadas por Tocqueville, um sexto da população inglesa, por esses e outros fatores apresentados, dependia da caridade para sobreviver. Nas sociedades mais ricas, o “conforto e a indigência estão mais próximos do que em qualquer outra” (op. cit., p. 87). Em outros países, a miséria também existia, mas relativamente menos acentuada¹⁸.

Em resumo, as conseqüências ou o preço pago pelo curso irreversível do movimento o qual Tocqueville buscou compreender remontando a história é o pauperismo de uma grandiosa parte dos

¹⁷Se não encontrássemos nenhum pensador liberal disposto a concordar com a existência de certos limites do capitalismo, um numeroso contingente de pensadores marxistas estaria prontamente à posto para indicá-los, certamente. Ilustrativo dos limites, Tocqueville diz: “não há meios conhecidos de equilibrar de uma maneira exata e permanente, o número de trabalhadores e trabalho, o consumo e a produção” (ESP II, p. 1186) – essa máxima não parece ser aplicável ao período nascente do capitalismo.

¹⁸Neste contexto, “relativamente” possui um sentido bastante relevante. A miséria parece ser relativa ao número de gozos e prazeres ou necessidades que os homens incorporaram a suas existências. Quanto mais opulenta uma sociedade for, mais a falta de certas comodidades será notada e identificada com a miséria. Antes, miserável era apenas aquele que não se encontrava em condições de prover, por si mesmo, sua necessidade de abrigo e alimentação. Uma nação muito opulenta poderá julgar miserável o que em outra, menos desenvolvida, seria considerado luxuoso.

homens. E, entre as várias “causas gerais” do pauperismo, as análises do filósofo nos levam a destacar a concentração da propriedade como fator social mais decisivo, e do ponto de vista político, o mais funesto.

DA ASSISTÊNCIA E DOS MEIOS DE PREVENIR O PAUPERISMO

Em outra parte do *Ensaio*, Tocqueville se ocupou em avaliar o procedimento adotado por algumas nações de sua época no cuidado do pauperismo. Ele se detém com mais energia no caso da Inglaterra, que até então era o “único país da Europa que sistematizou e aplicou as teorias da caridade pública em grande escala” (ESP I, 2003 p. 91).

Há duas espécies de benevolência, diz o filósofo. Uma individual, onde o sujeito busca, segundo suas possibilidades, aliviar os males que se encontram ao seu alcance; e outra, a qual podemos chamar “estatal”, que consiste em uma “sociedade [que] se preocupe com as desventuras de seus membros” (op. cit., p. 90).

A assistência dos ingleses, dispensada à grande parte da população que vivia na Inglaterra em condições permanentes de indigência e degradação, é da segunda espécie. Naquele país, havia mais de um século – na época em que o *Ensaio* foi escrito –, a caridade pública fora instituída por lei, pela filha de Henrique VIII – a princesa Elizabete. Ela, “chocada com a espantosa miséria do povo, desejou substituir a assistência aos mendigos, a qual foi reduzida devido à supressão dos conventos, por uma arrecadação anual, fornecida pelos governos locais” (ESP I, 2003, p. 91). A “Lei dos pobres” prescrevia que em cada paróquia fossem nomeados inspetores, cuja função fosse taxar os habitantes a fim de alimentar os indigentes.

O problema da caridade pública, instituída na Inglaterra pela “Lei dos pobres”, de acordo com o “parecer” de Tocqueville, é que ela não só não resolveu o problema da grave miséria como ainda o piorou. Segundo a análise do filósofo, a assistência permanente e institucionalizada prestada pela sociedade, no caso dos ingleses, acabava por corromper o caráter dos

homens, que “como todos os seres organizados socialmente, têm uma tendência natural ao ócio” (op. cit., p. 94). Os efeitos de tal legislação, diz o filósofo, “não são menos cruéis sobre a moralidade do que sobre a propriedade pública”; além do mais, “ela deprava os homens mais do que os empobrece” (op. cit., p. 98).

O homem, de acordo com Tocqueville, é levado ao trabalho por dois motivos, a saber: a necessidade de viver e o desejo de melhorar as condições de vida. No entanto, sobre esses motivos:

[a] experiência provou que apenas o primeiro pode motivar a maioria dos homens para o trabalho. O segundo só é eficaz sobre uma pequena minoria. Ora, uma instituição de caridade, aberta indiscriminadamente a todos os necessitados, ou uma lei que dá a todos os pobres o direito à ajuda pública, qualquer que seja a causa de sua pobreza, enfraquece ou destrói aquele primeiro estímulo e deixa intacto apenas o segundo (ESP I, p. 94).

Embora Tocqueville não queira “acusar a generosidade que é”, segundo ele, “a mais natural, a mais bela e mais santa das virtudes” — sendo esta o princípio que se supõe norteador da caridade pública —, ele não a considerará “tão boa a ponto de poder admitir como boas todas as suas consequências” (ESP I, 2003, p. 108). Isto é, embora ele não condene a caridade em si mesma, ele não ignorará o prejuízo que ela, ainda que acidentalmente, acaba por produzir. Por seus efeitos, Tocqueville condenou em tom ríspido o modo de tratar o pauperismo por meio da caridade pública institucionalizada, pois “o resultado imediato da caridade pública foi o de perpetuar o ócio entre a maioria dos pobres e proporcionar-lhes o lazer às custas daqueles que trabalham” (op. cit., p. 101).

Se os assistidos se tornarem preguiçosos, dependentes e imobilizados, o que a sociedade ganhará senão a continuidade da miséria que ela visou eliminar? Do ponto de vista da sociedade, a caridade acaba afirmando a desigualdade, uma vez que a existência desta não só é prevista, como é institucionalizada. Politicamente, a caridade estatal favorece a apatia dos cidadãos, já que estes transferem ao Estado a tarefa

importante de cuidar dos que necessitam de ajuda, além de centralizar a ação na iniciativa do Estado.

Mesmo duvidando da eficiência da caridade pública, cumpre ressaltar que o filósofo não pretende que os miseráveis fiquem sem assistência. Ignorar a miséria é, para ele, o mesmo que admitir a desigualdade. Tal estado de coisas colocaria em xeque a igualdade política e moral dos homens. O filósofo não vê com bons olhos o caráter permanente e os critérios da assistência adotada na Inglaterra. Para ele, a sociedade, e principalmente o Estado, devem assistir sempre apenas no caso dos órfãos, idosos, doentes e nas catástrofes.

Por fim, já que nem a caridade individual, que tem um caráter esporádico e do qual um pobre não pode se fiar, nem a caridade pública, que se mostrou mais inclinada a produzir vícios, são capazes de “curar as misérias das classes pobres”. Restou ao filósofo “pesquisar os meios dos quais poderíamos nos servir para prevenir que estas misérias nasçam” (ESP I, 2003, p. 97).

Como já dissemos anteriormente, a concentração da propriedade é um dos elementos cruciais no desenvolvimento do pauperismo. De acordo com o filósofo, a concentração da propriedade fundiária tem como resultado não só “causar a miséria a uma porção da classe agrícola”, como também sugerir “a um grande número de agricultores idéias e hábitos que devem, necessariamente e com o tempo, os tornar miseráveis” (ESP II, 1991, p. 1183). No que diz respeito à concentração de propriedade, a mesma consequência, ou seja, a miséria é válida para os trabalhadores industriais. Sendo assim, que tipo de ação poderia impedir o pauperismo?

Tocqueville nota que na falta de toda propriedade, na condição de incerteza sobre a própria sobrevivência, e abandonados à sorte e à caridade alheia, faltam aos homens que se encontram miseráveis perspectivas de futuro. Como esperar a cidadania de um homem que não tem nenhuma perspectiva de futuro, quando seu bem estar e mesmo sua existência não dependem jamais de si mesmo, e sim da vontade de outrem?

Neste sentido, o filósofo resgata aquilo que, segundo Hannah Arendt, impedia que a *polis* violasse a esfera do lar. Não era o respeito pela propriedade privada, mas o fato de que sem ser dono de sua casa o homem não podia participar dos negócios do mundo, porque não tinha nele lugar algum que lhe pertencesse (ARENDT, 1991, p. 39). Ou seja, antes de tudo, o homem deve possuir algo que lhe garanta uma existência autônoma.

Então, diante de tudo isso, para o filósofo, todo problema a resolver é: “encontrar um meio de dar ao trabalhador industrial como ao pequeno agricultor o espírito e os hábitos da propriedade” (ESP II, 1991, p.1187).

Este “espírito e hábitos da propriedade”, a que se refere Tocqueville, parece se tratar da segurança, certeza e garantia que um homem, autônomo, livre e igual, pode relativamente ter sobre seu futuro. Como medida concreta no tratamento do pauperismo, o filósofo propõe para o trabalhador rural a propriedade da terra na qual trabalha ou pelo menos de uma parte dela; e, para o operário urbano, a participação nos lucros da indústria. A primeira medida fora iniciada durante a Revolução Francesa, mas a segunda parece-lhe difícil de empreender em vista das grandes incertezas a que estão sujeitas as indústrias nascentes. Para remediar esta situação de incertezas e valorizar a indústria nascente, Tocqueville propõe as “caixas de poupança” ou “Banco do Povo”, que capta pequenas poupanças do trabalhador assalariado e investe na própria região estimulando o desenvolvimento local e gerando reservas para os tempos de crise.

CONCLUSÃO

O movimento progressivo da civilização moderna irá, de forma gradual e em proporção relativamente rápida, aumentar o número daqueles que são forçados a recorrer a caridade [...] devemos, pois, descobrir os meios de atenuar os males inevitáveis, os quais já se manifestam (ESP I, p. 110-111 e 89).

O diagnóstico de Tocqueville e de outros pensadores de sua época¹⁹ sobre “a marcha da civilização” que, desde muito conduz grande parte dos homens ao pauperismo, ou foi ignorado, ou os homens, governos e sociedades, que se sucederam no tempo, se mostraram completamente insensíveis ou incompetentes na tarefa de senão eliminar, ao menos atenuar os males que já há tanto tempo eram “fáceis de prever”. Isto porque mais de um terço da população mundial, nos dias atuais, mendiga, dia a dia, os meios de sobreviver.

Para Tocqueville, o Estado democrático se caracteriza por um estado social onde se pode verificar simultaneamente igualdade de condições e uma forma política onde a vontade dos cidadãos é expressa em conjunto²⁰. Ora, que Estado democrático podemos vislumbrar em uma sociedade, seja ela abastada ou não, se a maioria de seus membros se perpetua na indigência? Que espécie de cidadãos poderá forjar o pauperismo? Que liberdade pode experimentar aqueles que estão inseguros, incertos e aprisionados, ainda, na tarefa de sobreviver?

O pauperismo pode certamente corromper o caráter de um homem e, conseqüentemente, o de uma sociedade. Mas talvez sua face mais sinistra seja a servidão que ele obriga gerações de homens a se sujeitarem. Daí que continuemos questionando a efetividade de nossas sociedades ditas democráticas – principalmente aquelas que se colocam e se impõe belicamente como modelo às demais – que, geração após geração, condenam muitos dos seus “cidadãos livres e iguais” ao pauperismo.

Em conclusão (na verdade, *inconclusão*), se é verdadeiro que a democracia se inviabiliza quando os homens não são iguais e livres, certamente a sujeição será sua condenação mais veemente. Assim, sobrou investigarmos melhor, em outra ocasião, a relação entre o social e o político, a fim de determinarmos com maior precisão o impacto do

¹⁹ Ressalta-se, principalmente, Marx e seus seguidores.

²⁰ Segundo Helena Esser dos Reis, em *Eliminação do pauperismo: uma exigência para a justiça segundo Tocqueville*, texto apresentado em congresso e ainda não publicado.

pauperismo na política.

Tocqueville nunca pretendeu dizer que a igualdade seja justa por si mesma²¹. No entanto, ele não deixou de considerar que é mais justa, entre os homens, a igualdade do que a desigualdade. Se o Estado democrático se realiza pela consolidação da igualdade de condições e do exercício da liberdade política, este não só será o melhor Estado como deverá ser o mais justo. A justiça proveniente de uma sociedade onde impera a igual liberdade é o caminho e a tarefa ainda em aberto para todos nós. Sigamos pensando e agindo sobre isso.

Abstract: The text discusses the pauperism starting from the analysis of a rehearsal of the French philosopher Alexis of Tocqueville on this theme. We examined the author's theories on the development of the pauperism and their causes; her analysis on the attempts of her time of preventing her and, finally, it indicates a reflection of the relationship between the pauperism and democracy.

Key-words: pauperism; democracy; Tocqueville.

Referências

ARENDT, H. *A condição humana*. 5ª. ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

_____. *Da revolução*. Trad. Fernando Dídimo. São Paulo: Ática; Brasília: UnB, 1990.

BANCO MUNDIAL. *Relatório Anual de 2008 do Banco Mundial*, [On-line]. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXT/ANNREP2K8/Resources/51643531222371156065/Portuguese.pdf>. Acesso em: 30/01/09.

²¹ *Idem*.

BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

CHADE, J. *Banco Mundial cria nova linha internacional da pobreza* [On-line]. O Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,,231143,0.htm>. Acesso em: 30/01/09.

FMI. *La economía mundial mantiene un crecimiento pujante* [On-line]. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2007/update/01/pdf/esl/0707s.pdf>. Acesso em: 30/01/09.

FMI. *Perspectivas de la economía mundial. Globalización y desigualdad*. Outubro. 2007 [On-line]. Disponível em <http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/weo/2007/02/pdf/c1s.pdf>. Acesso em: 30/01/09.

LIMA, G. *Desenvolvimento econômico e desigualdade distributiva: revisitando elaborações teóricas e empíricas recentes* [On-line]. Disponível em: http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_04/gilberto.htm

Acesso em: 30/01/09.

TOCQUEVILLE, A. de. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. Tomo II. Trad. Eduardo Brandão. 1ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Ensaio sobre a pobreza*. Tradução Julia Lemos. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2003.

_____. *Mémoire sur le paupérisme*. In: *Oeuvres*. T.I. Paris: Gallimard, 1991 (Bibliothèque de la Pléiade).

_____. *Deuxième article sur le paupérisme*. In: *Oeuvres*. T.I. Paris: Gallimard, 1991 (Bibliothèque de la Pléiade).

REIS, H. E. dos. *Eliminação do pauperismo: uma exigência para a justiça segundo Tocqueville*. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional: Injustiça, realizado pela PUC/SP conjuntamente com a Fundations Gabriel Peri (França) em abril de 2008 (inédito).

_____. *A justiça como limite ao poder soberano: uma análise do pensamento ético-político tocquevilleano*. Comunicação apresentada na IV Jornada Filosofia e Direitos Humanos: Direitos Humanos e Soberania realizada

pelo GT Filosofia e Direito / PUCCAMP. São Paulo, 2008 (inédito).